

ELEIÇÃO SINDISEP-RJ - 2023/26



O SINDISEP-RJ AVANÇA!

NA LUTA POR DIREITOS & PELA DEMOCRACIA! CHAPA 1



SUMÁRIO

NOVAS FORÇAS PARA NOSSAS TAREFAS	2
A LUTA DE CLASSES	4
MAS COMO ISSO AFETA O SERVIÇO PÚBLICO?	7
A CONJUNTURA NACIONAL	9
E QUAL O PAPEL DO SINDISEP-RJ?	10
NOSSA CHAPA DE DIRETORIA	12

NOVAS FORÇAS PARA NOSSAS TAREFAS

O SINDISEP-RJ está às vésperas de mais um processo eleitoral. A nova direção terá como missão fortalecer o sindicalismo classista, estreitar laços com as bases e alcançar novos espaços.

Acreditamos que os sindicatos classistas são essenciais para a luta da classe trabalhadora. Eles permitem que os trabalhadores se organizem para reivindicar melhores salários, condições de trabalho e direitos. Eles também devem ajudar a promover a igualdade social e econômica, e a construir uma sociedade mais justa para todos.

A organização sindical é baseada no princípio de que os trabalhadores são mais fortes quando estão unidos. Quando se organizam em sindicatos, eles podem negociar com seus empregadores em pé de igualdade. Eles também podem se unir para pressionar o governo por políticas que beneficiem os trabalhadores.

A conjunção de pautas econômicas e políticas faz dos sindicatos classistas uma ferramenta de transformação. Eles são determinantes para a melhora das condições de trabalho e a evolução das relações sociais, por terem sido capazes de elevar a consciência da classe trabalhadora.

Os sindicatos desempenharam um papel fundamental na história do movimento operário. Eles ajudaram a conquistar direitos como o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas e o seguro social. Foram os sindicatos classistas que se opuseram ao avanço das medidas liberais de desmonte dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Já combateram ditaduras, golpes, corrupção, desmonte da máquina pública, aparelhamento, privatização e tantos outros ataques aos direitos e liberdades democráticas do povo brasileiro.

Nos dias de hoje, os sindicatos continuam a ser essenciais para a luta da classe trabalhadora. Eles estão enfrentando uma série de desafios, como a globalização, a precarização do trabalho e a ofensiva antissindical dos empregadores, sejam públicos ou privados. Tal discurso, essencialmente liberal, afastou muitos trabalhadores de seus sindicatos, pregando um individualismo que só prejudica o próprio trabalhador.

Evidentemente, sindicatos “amarelos”, corporativos, sem visão classista, colaboram nesse processo de dessindicalização, pois contribuem para cegar os trabalhadores quanto à importância das lutas gerais, defendendo saídas individuais para problemas que, estruturalmente, são coletivos. Essas entidades muitas vezes se submetem aos interesses patronais em troca de vantagens pontuais e falsas vitórias em negociações, apenas para iludir a base quanto à efetividade de sua tática rebaixada e desmobilizante, o que também é chamado de “sindicalismo de (poucos) resultados”.

O sindicato classista, por sua vez, tem o compromisso de travar a luta imediata (econômica), mas também a geral e estruturante, que ultrapassa as paredes do local de trabalho (política). Afinal, não basta combater o assédio de um chefe, que pode ser substituído por outro cuja prática seja a mesma; é necessário viabilizar uma política que combata essa prática onde quer que ocorra. Também não basta obter uma reposição parcial para uma categoria; precisamos de uma política salarial permanente, que estanque, ano a ano, a corrosão inflacionária.

Finalmente, uma característica essencial dos sindicatos classistas é sua independência de classe ante ao governo e patrões. Isso significa que apesar de todos os esforços para derrotar nas urnas o candidato do fascismo, à luz da gravidade da conjuntura nacional, não podemos aderir ao governo Lula. Manteremos nossa independência, debatendo com a base todos os passos para seguir adiante com nossas bandeiras de luta e reivindicações ante a qualquer governo.

O SINDISEP-RJ AVANÇA!

Os sindicatos classistas, como o nosso SINDISEP-RJ, estão se adaptando a essas mudanças, superando diversas dificuldades e apostando na conscientização dos trabalhadores, para continuar a ser uma força determinante de avanço social, um instrumento que as servidoras e servidores, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal no Rio de Janeiro possam usar para reivindicar seus direitos e melhorar suas vidas.

A chapa 1 da eleição do SINDISEP-RJ foi construída com base nos princípios do sindicalismo classista, com vistas a ampliar a participação do sindicato nas suas mais diversas bases de atuação, bem como fortalecer sua articulação com outras entidades de classe e associações.

O nome “O SINDISEP-RJ AVANÇA! Na luta por direitos e pela democracia!” visa a retratar os objetivos da chapa, que tem o compromisso de fortalecer a atuação sindical, lutar pelos direitos de quem trabalha no serviço público, mas também os direitos de toda a classe trabalhadora, se contrapondo a todas as formas de opressão e defendendo as liberdades democráticas, que mais uma vez estão sob ameaça, em razão do crescimento da direita e de discursos fascistas, eternos inimigos do serviço público.

Participe da eleição do SINDISEP-RJ e fortaleça um sindicato classista comprometido com a luta da classe trabalhadora!

A LUTA DE CLASSES

A luta de classes é um conceito marxista que afirma a existência de conflitos constantes entre as diferentes classes sociais, portadoras de interesses completamente antagônicos e inconciliáveis entre si. Desenvolvido pelo sociólogo alemão Karl Marx e seus seguidores,

explica a história humana e principalmente a sociedade capitalista como marcadas pela luta de classes.

As principais classes sociais em conflito na sociedade capitalista são os proletários (trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho) e os burgueses (donos dos meios de produção que exploram o trabalho dos proletários). Os burgueses detêm o poder econômico, político e ideológico sobre os proletários, gerando uma situação de desigualdade, alienação e opressão.

Para Marx, a luta de classes só acabaria quando o sistema capitalista fosse banido e desaparecessem as classes sociais, assim como todas as estruturas que promovem a desigualdade entre as pessoas. A própria burguesia já travou essa luta, quando o crescimento de seu poder econômico era ameaçado pelo poder político dos nobres e aristocratas, o que acarretou processos revolucionários burgueses como a Revolução Francesa e a Independência dos EUA.

Importante ressaltar que, independentemente de nossa vontade, essa luta está sendo travada dia após dia e se materializa pela retirada de direitos dos trabalhadores, como tem ocorrido no Brasil ao longo das últimas décadas, sob a alegação de modernizar o Estado. A grande burguesia, detentora de poder político e econômico, têm aprovado, através de seus representantes eleitos por sufrágio universal, uma série de medidas que prejudicam os trabalhadores, vendidas como algo positivo e que gerariam empregos e desenvolvimento para todos, mas que na prática só aumentam o poder e riqueza daqueles que já são muito ricos.

A retirada de direitos dos trabalhadores, através das reformas trabalhistas e previdenciárias, beneficia principalmente os empregadores. Isso porque essas reformas visam a reduzir os custos da contratação e da demissão de trabalhadores, flexibilizar as regras de

jornada e remuneração, diminuir o papel dos sindicatos na negociação coletiva e cortar gastos públicos com a previdência social.

Importante destacar que afastar os sindicatos das negociações significa deixar os trabalhadores reféns do interesse dos patrões, em face do desequilíbrio de instrumentos entre as partes, deixando quase todas as cartas na mão de um dos lados da luta de classes, o da grande burguesia.

As reformas trabalhistas e previdenciárias, vitórias dos muito ricos, têm impacto negativo na vida dos trabalhadores, pois acarretam a precarização das condições de trabalho, a perda de direitos e benefícios, a redução da renda e da segurança social e o aumento da desigualdade, por meio de medidas como:

- Precarização das condições de trabalho: as reformas trabalhistas e previdenciárias levaram à precarização das condições de trabalho, com a redução de salários, a flexibilização das regras de jornada e remuneração e o aumento da informalidade.
- Perda de direitos e benefícios: as reformas trabalhistas e previdenciárias acarretaram a perda de direitos e benefícios dos trabalhadores, como o seguro-desemprego, o FGTS, a jornada de trabalho de 44 horas semanais e o salário mínimo.
- Redução da renda e da segurança social: as reformas trabalhistas e previdenciárias geraram redução da renda e da segurança social dos trabalhadores, com o aumento da informalidade, a perda de direitos e benefícios e a redução dos gastos públicos com a previdência social.
- Aumento da desigualdade: as reformas trabalhistas e previdenciárias aumentaram a desigualdade, com a concentração de renda nas mãos dos ricos e a diminuição da renda dos pobres.

MAS COMO ISSO AFETA O SERVIÇO PÚBLICO?

Para os liberais, é muito simples: o achatamento de salário e a retirada de direitos necessita ser o mais ampla o possível. A máquina pública deve ter o tamanho necessário para atender as necessidades dos muito ricos. Saúde, educação, previdência social e outros serviços públicos que visam atender a população em geral devem ser desmontados e entregues à iniciativa privada, para que ela aumente ainda mais sua margem de lucros. Para eles, o Estado pode e deve se resumir a instrumentos de controle social e repressão, sob o controle de representantes da burguesia.

Para eles, é desnecessário haver concursos públicos e, se houver, estes devem ser o mais restritos e elitizados possível. Cargos de nível intermediário devem ser extintos e substituídos por mão de obra alugada por empresas terceirizadas, pertencentes à burguesia. O serviço público deve ser dividido em castas, com a maioria esmagadora recebendo baixos salários, enquanto aqueles que atuam no atendimento da grande burguesia recebem os altos salários e vantagens. Ou seja, um serviço público excludente e que reproduz as enormes desigualdades que existem na sociedade.

A burguesia, como classe dominante, impõe um discurso à toda sociedade que o serviço público deve ter suas atribuições gradualmente transferidas para a iniciativa privada, através de privatizações, parcerias, terceirizações, concessões etc, pois o modelo privado seria um “modelo de gestão mais eficiente”. Nada mais falso, pois sua eficiência se baseia no total de lucro transferido aos seus controladores privados e não no atendimento às necessidades da população. Exemplos não faltam! CCR Barcas, Supervia, Vivo, ônibus urbanos entre tantas outras atividades sob controle privado que prestam serviços caros e ruins.

Engessamento no controle da jornada de trabalho, imposição e aumento de metas, cerceamento à liberdade intelectual, discurso meritocrático, consultorias externas, terceirização, precarização do trabalho através de temporários, ausência de concursos públicos e toda forma de limitações à autonomia decisória dos trabalhadores se prestam à ampliar o controle dos gestores (e seu poder de barganha) sobre os/as servidores/as e empregados/as públicos/as, permitindo “ganhos” de produtividade, ou seja, que trabalhemos mais, recebendo menos.

O capitalismo, diferente de outros modelos econômicos anteriores, tem uma base fortemente ideológica que o apresenta como algo natural, que deve ser assimilado por todos independente do seu papel na estrutura da sociedade, seja patrão (capitalistas que vivem do trabalho alheio) ou empregado (que precisa trabalhar para viver). Desta forma, o explorado se coloca na defesa do empregador e passa, inclusive, a defender a supressão de seus direitos para garantir o trabalho, passando, inclusive, a votar em políticos que prometem acabar com direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros direitos sociais.

A partir deste componente ideológico, gestores públicos de todo o nível hierárquico incorporam o discurso da classe dominante em suas rotinas e práticas, implementando seu modelo ideológico, aplicando a lógica da exploração da mão de obra típica da burguesia sobre aqueles que estão sob seu comando. Mas há uma diferença que não percebem, eles não detém a propriedade da máquina estatal, pelo contrário, em regra são tão trabalhadores quanto aqueles que oprimem, sendo igualmente substituíveis, apesar de não se enxergarem como tal.

O serviço público precisa ser pensado à luz das necessidades do povo e não do capital, pois é um instrumento poderosíssimo para o combate à desigualdade e a erradicação da pobreza, mesmo no âmbito do sistema capitalista. Assim, é urgente despertar a consciência de classe das trabalhadoras e trabalhadores, bem como a reorganização da máquina

estatal, para que seja democratizada, permitindo o controle social amplo, com conselhos populares definindo os rumos e prioridades do serviço público. Gestores escolhidos pelos servidores e empregados, conselhos de usuários para acompanhar o funcionamento dos serviços, são pequenos passos, mas essenciais para o futuro do Estado.

Em suma, a nossa luta é para subverter a atual lógica do trabalho e garantir que o serviço público atenda as necessidades das grandes massas excluídas e respeite e remunere dignamente suas trabalhadoras e trabalhadores.

A CONJUNTURA NACIONAL

Sim, o fascista Bolsonaro foi derrotado nas ruas, os reflexos de seu “governo” seguem gerando graves danos às servidoras e servidores públicos federais e à toda a classe trabalhadora, que depende, direta ou indiretamente destes serviços. Mas não era apenas o fascismo do governo passado que ameaçava o povo, mas principalmente o modelo econômico e liberal que acompanha seu discurso de ódio, materializado na figura do banqueiro Paulo Guedes, ex-Ministro da Economia.

Infelizmente, a posse de Lula não garantiu o alívio necessário ao povo, pois os avanços foram tímidos e o esperado “Revogação” das medidas de Bolsonaro não foi a frente. Inclusive, muitos “quadros” do governo do fascista foram aproveitados na nova gestão, dando seguimento a implementação de medidas ultraliberais, alinhadas com o que Paulo Guedes defendia, a partir de planejamentos de gestão elaborados no ano passado.

Sim, avanços são perceptíveis, como o combate à crimes ambientais, a interrupção do genocídio Yanomami, a magra reposição salarial de 9%, etc, mas falta a necessária intensidade na inversão de rumos no país. A

política de conciliação de interesses naturalmente inconciliáveis tem saído caro aos cofres públicos, em especial com a entrada de setores do oportunístico Centrão no governo, trazendo mais elementos reacionários ao governo.

O liberalismo e o racionalismo no seio do governo ameaçam a reconstrução do país e, como sempre, miram as servidoras e servidores públicos; A ameaça da PEC 32 da Reforma Administrativa segue viva e é utilizada por Arthur Lira como ameaça. O governo endurece nas negociações salariais no orçamento de 2024 e chantageia seus trabalhadores ao afirmar que ou o Arcabouço Fiscal é aprovado ou não haverá reajuste salarial.

Assim, podem mudar as condições da luta, mas ela continua sendo indispensável para garantir vitórias aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.

E QUAL O PAPEL DO SINDISEP-RJ?

O SINDISEP-RJ tem desempenhado um papel central nas lutas do serviço público no Rio de Janeiro, sendo capaz de articular demandas de diversos setores do funcionalismo federal, comandando atos e buscando aproximação com estudantes e entidades sindicais de outros segmentos, além de sempre conduzir sua ação pelo princípio da solidariedade de classe.

O SINDISEP-RJ, nasceu no final de 2017 como uma resposta de setores insatisfeitos com o imobilismo do movimento sindical, a falta de ação política e o desrespeito a princípios democráticos, cenário no qual alguns setores demonstravam mais preocupação com o fim do imposto sindical do que o combate às (contra)reformas do governo Temer. Logo, era indispensável reafirmar o sindicalismo classista e combativo.

Ainda que tenha nascido de um processo de ruptura com outra entidade, nunca buscamos o divisionismo ou isolamento sindical frente às outras categorias do serviço público federal. Rompemos sim, com um sindicalismo retrógrado e burocrático, que não reconheceu sua derrota eleitoral e se valendo da comissão eleitoral, impediu a posse da chapa vitoriosa e representativa, através da anulação do voto de inúmeros sindicalizados, até sagrar-se vitoriosa por 1 voto.

O SINDISEP-RJ, cumprindo seu compromisso da volta às lutas que tanto almejam servidoras/es federais no RJ, nas gestões de 2017/2020 e 2020/2023 consolidou sua representatividade nas lutas no RJ e foi fator diferencial nas ruas e lives (nos momentos de distanciamento social imposto pela Covid-19 em 2020 a 2022) no enfrentamento aos governos Temer e Bolsonaro.

A defesa do IBRAM, em 2018, contra a proposta de extinção e criação de uma aberração jurídica dentro do Sistema S foi uma das nossas primeiras lutas, onde a partir do esforço de diversos setores, obtivemos vitória durante o governo Temer. Já com Bolsonaro, tentaram copiar esse modelo desastroso no final de 2019, agora no INPI. Mais uma vez fomos às ruas e vencemos.

Durante a pandemia do Covid-19, o SINDISEP-RJ participou na linha de frente das mobilizações organizadas pela vanguarda dos movimentos sociais, primeiramente em carreatas, ainda em 2020, e depois na retomada dos grandes protestos de rua, puxados pela Articulação Povo Na Rua, que levou milhares de pessoas ao Centro do Rio em 2021.

Realizamos nossas eleições de forma semipresencial em 2020, renovando, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, a direção do sindicato. Realizamos 2 Congressos, para aprofundar o debate político e buscar a melhor estrutura para o sindicato para enfrentar os diversos desafios da conjuntura nacional.

Nos anos de 2022 e 2023 estivemos no comando de diversos atos públicos, em conjunto com outras entidades (sindicatos, associações, partidos, movimento estudantil etc) para fazer a defesa dos direitos de nosso povo sofrido.

Mais do que estar presente, nosso sindicato sempre contribui materialmente para as lutas do nosso povo, comprando centenas de máscaras PFF2 na pandemia, produzindo faixas, panfletos e dividindo com outras entidades, de forma solidária, os custos de diversas atividades nos últimos anos.

Agora, em 2023, já diante de um governo que destituiu, através do voto popular, o governo genocida anterior, não esmorecemos e continuamos na luta pela manutenção de direitos e recomposição da força de trabalho federal e salarial.

O reconhecimento de nosso trabalho se materializou de várias formas, seja através da nossa filiação à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, CONDSEF, seja pela crescente articulação com outros movimentos e entidades sindicais e coordenação de atividades em vários espaços coletivos, como Movimento Rio Contra às Reformas, que organizou servidores contra a reforma da previdência; o Fórum dos Servidores dos Servidores Públicos Federais do RJ e o Fórum Unificado do Serviço Público no RJ, que reuniu servidores federais, estaduais e municipais contra a famigerada PEC 32, da Reforma Administrativa, que o bolsonarista Arthur Lira tenta manter viva no Congresso Nacional.

Mais do que isso, ampliamos nossas lutas e responsabilidade com a classe que vive do trabalho, incorporando neste mandato que se encerra as lutas de trabalhadoras e trabalhadores da EBSERH, que muitas vezes eram alvo de ataques de sindicalistas que esqueceram do fato da classe trabalhadora precisar vender sua força de trabalho para sobreviver,

mirando críticas nos trabalhadores e não nos gestores, e da CONAB, empresas públicas com contratação pelas regras do regime privado (CLT). Fomos capazes de organizar protestos, paralisações e greves nessas categorias, que antes estavam desmobilizadas no RJ.

Além disso, organizamos reivindicações, construímos mobilizações, protestos, operações padrão, greves, paralisações em diversas bases, sempre que possível com associações locais, como no caso do INCRA, INPI, FUNAI, EBSEPH, CONAB, DATASUS, IPHAN, IBRAM entre outros

Para o triênio 2023/2026 temos uma diretoria revigorada com o ingresso de companheira e companheiros de diversos órgãos e entidades, que se somarão àqueles e aquelas que já honram esse jovem sindicato classista. Nossa palavra de ordem continua atual: Nem um passo atrás, nenhum direito a menos.

A tarefa que teremos nesta gestão, além de manter o foco nas reivindicações corporativas e da sociedade em geral (pautas econômicas e políticas), é ampliar o alcance do SINDISEP-RJ às demais categorias federais que ainda não se somaram a nós, nos vários municípios onde atuamos, na luta por direitos e pela democracia! Temos como diretrizes:

1. Coordenar, com outros sindicatos, os esforços da campanha salarial dos servidores públicos federais de 2024;
2. Construir no Rio de Janeiro a luta pelos ACTs da EBSEPH e CONAB;

3. Trabalhar pela reestruturação das carreiras do Arquivo Nacional, DATASUS, FUNAI, IBRAM, IPHAN, INCRA, INPI, entre outros;
4. Garantir a derrota da Reforma Administrativa, a PEC 32;
5. Defesa do serviço público contra toda forma de desmonte, terceirização e privatização;
6. Lutar pela reversão das Reformas da Previdência e Trabalhista, que tiraram direitos do povo;
7. Apoiar o movimento pela reversão das privatizações;
8. Garantir espaços de formação política na base do serviço público;
9. Ampliar a participação feminina no SINDISEP-RJ;
10. Fortalecer o sindicato, ampliando as filiações;
11. Defesa da auditoria da dívida pública e da tributação das grandes fortunas, dos lucros e dos dividendos;
12. Renovação e fortalecimento as comissões sindicais de base nos diversos órgãos e entidades federais do Rio de Janeiro;
13. Lutar pela regulamentação da Convenção OIT 151;

14. Ampliar nossa atuação no movimento nacional, através da CONDSEF/FENADSEF;
15. Continuar presente nas principais lutas da classe trabalhadora;
16. Defender as liberdades democráticas e combater o avanço da extrema direita e do fascismo;
17. Defesa dos idosos e aposentados, combatendo o etarismo;
18. Combate ao racismo, machismo, homofobia, transfobia e todas as formas de opressão;
19. Garantia da independência de classe do sindicato ante a qualquer governo;
20. Ampliar os mecanismos de democracia interna e a participação da base na tomada de decisões do SINDISEP-RJ.

NOSSA CHAPA DE DIRETORIA

Diretoria Executiva

1. Alexander Noronha de Albuquerque - FUNAI
2. Alexandre Ferreira Coelho - CONAB
3. Amanda Mangeon - INPI
4. Antônio Carlos Castilho Abreu - Jurídico - INSS/ACR
5. Edna Rosa da Silva - Tesouraria - DATASUS
6. Eduardo de Sousa Braga - EBSEPH/HUAP
7. Francisco José Gonçalves Gomes Dinali - FUNAI
8. Jorge Brandão dos Santos - DATASUS
9. José Henrique Melman - CVM
10. Mailin Kelbert Gornattes - IPHAN
11. Marcelo Ricardo Alves da Costa Tredinnick - INPI
12. Marcos Felipe de Brum Lopes - IBRAM
13. Raul Bittencourt Pedreira - Secretária geral - INPI

Suplentes Da Diretoria

1. Bruno Santana Modesto - INTO
2. Pedrina Barros de Castro - INPI
3. Tatiane da Silva - EBSEPH/HUGG

Conselho Fiscal

4. Eduardo de Oliveira Lima - AN
5. Victor Marcos Madeira Costa - AN
6. Wellington Marcelo Silva da Cruz - INPI

Suplentes Do Conselho Fiscal

7. André Pimentel Correia de Sá
8. Paulo Sérgio da Silva Christovão – INSS/ACR
9. Rodrigo Araujo de Mello – UFRJ

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS:

AFIRMAR O SINDICALISMO CLASSISTA COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA É A TAREFA DA NOVA GESTÃO DO SINDISEP-RJ.

ESTE MATERIAL FOI ELABORADO PARA FACILITAR O DEBATE DE CONJUNTURA E TEÓRICO SOBRE O PERFIL DO SINDICALISMO QUE É NECESSÁRIO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DO SERVIDORES E SERVIDORAS PÚBLICAS E, MAIS DO QUE ISSO, DE TODO O POVO.

FAZER O SINDISEP-RJ AVANÇAR, AMPLIANDO SUA ATUAÇÃO E ALCANCE JUNTO À BASE, SEMPRE SE COLOCANDO NA VANGUARDA DA LUTA POR DIREITOS E PELAS LIBERDADE DEMOCRÁTICAS, COMBATER O FASCISMO QUE AMEAÇA A TODOS E CONTRIBUIR COM A DERROTAR DO IDEÁRIO ECONÔMICO LIBERAL É O DESAFIO DA NOVA GESTÃO.

NENHUM PASSO ATRÁS, NENHUM DIREITO A MENOS!